

Autoavaliação: a percepção dos discentes sobre o curso de bacharelado em Administração Pública da UFRRJ

- Saulo Barbará Oliveira*
 - Bianca Scarpeline Castro**
 - Flávia Cristina de Sena***
-

Resumo

O objetivo deste artigo é avaliar o curso de Administração Pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no sentido de entender a sua adequação às necessidades de formação e oportunidades de melhoria. Para isso, recorreu-se a uma pesquisa qualitativa e descritiva, visando investigar a percepção do seu corpo discente quanto à sua satisfação e insatisfação com o curso. Os principais resultados indicam haver acertos quanto à gestão do curso, por exemplo, quanto a maneira que o mesmo está sendo conduzido, a metodologia de ensino e o material didático usados. Porém apontam também necessidades de melhorias quanto à contratação de novos professores, disponibilidade dos mesmos em atender os alunos fora do horário de aula e sobre a infraestrutura universitária.

Palavras-chave: Avaliação, Qualidade de Ensino, Curso de Graduação, Bacharelado em Administração Pública.

* Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE). Professor do Mestrado. Profissional em Administração na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail: saulobarbara@gmail.com.

** Doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH/ UNICAMP). Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail: bianccastro2@gmail.com.

*** Graduada em Administração Pública na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Estudante de Pós-Graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF); E-mail: fcsenna2@gmail.com.

Introdução

A ampliação dos cursos de graduação no país gerou questões relacionadas à qualidade do ensino e ao atendimento dos interesses e expectativas dos alunos. A questão da qualidade emerge, assim, como um tema crucial, em razão das expectativas sobre o papel contemporâneo da educação superior e do valor social assumido pelo conhecimento (ABREU JUNIOR, 2009).

Uma ferramenta imprescindível na busca da qualidade é a avaliação. O processo de avaliação pode ser conceituado como o julgamento deliberado sobre o sucesso e/ ou fracasso de uma determinada proposta ou atividade. Esse processo pode se referir aos meios que são empregados ou aos objetivos que são atendidos, podendo ser realizado antes, durante ou após a finalização do projeto ou atividade.

Com a avaliação é possível perceber se determinada atividade tem alcançado êxito, se ela deve ser reestruturada completamente ou se apenas necessita de pequenos ajustes. Assim, sua correta elaboração, profundidade e a utilização de seus resultados são fundamentais, podendo servir para a melhoria da ação, bem como para mascarar problemas em sua realização. Um dos objetivos atuais da avaliação da educação é “tornar a ação educativa transparente e mais eficiente.” (BARRÈRE, 2013, p. 286).

A avaliação inscrita na órbita das Políticas de Educação, se efetiva como ferramenta estratégica para a administração pública tanto no processo de fiscalização quanto de promoção da Educação Superior no país (MABA; MARINHO, 2012). Desta forma, sua realização e a divulgação dos resultados são importantes para que gestores, diretores e coordenadores de curso possam readequar seus planejamentos e metas, além de refletir sobre seus desafios.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar e discutir os resultados de uma autoavaliação realizada a partir da percepção dos discentes do curso de bacharelado em administração pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Para tal, em primeiro lugar serão discutidos o papel e os processos de avaliação existentes nos cursos de graduação no Brasil, apontando seus objetivos e problemas.

Em seguida será apontado o crescimento recente do curso de graduação em administração pública no Brasil e caracterizado brevemente o curso da UFRRJ.

Depois serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa qualitativa realizada com os discentes do curso de administração pública da UFRRJ, entre agosto e

outubro de 2012, a fim de se conhecer os gargalos e oportunidades existentes nesta universidade, com objetivo de melhorar a gestão do curso e a qualidade da educação promovida no mesmo.

Por último, será realizada a conclusão do artigo com as recomendações de melhoria para o curso. Será enfatizado que a autoavaliação, além de ser uma exigência da lei brasileira, é um processo fundamental para o autoconhecimento, para a formação da identidade do curso, bem como pode ser um mecanismo contínuo, auxiliando a tomada de decisões.

1 A Avaliação em universidades

A avaliação universitária tem estado presente na pauta governamental desde os anos 1960 no Brasil. A partir de então, vários Governos desenvolveram métodos e instrumentos diferenciados para buscar responder se o investimento público tem se revertido em uma melhor educação para a população.

Mas a avaliação do desempenho das universidades pode se prestar a diferentes objetivos. Paiva, Freire e Fernandes (2012) apresentam uma série de justificativas para a realização de avaliação, apontadas por diferentes autores e documentos. Destacam o imperativo ético de transparência e a utilização da avaliação como mecanismo de salvaguarda da universidade pública, oferecidos por Dias Sobrinho (2008). Apresentam a justificativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2004), de que a avaliação pode melhorar a qualidade da educação superior ao apontar seus pontos fortes e fracos, questionando sua capacidade de atender às demandas sociais e as suas prioridades institucionais básicas. A avaliação poderia ainda garantir a eficácia da atividade universitária e auxiliar na expansão do número de vagas.

Já para Maba e Marinho (2012) a avaliação do ensino superior pode servir como um instrumento de tomada de decisão, uma vez que a avaliação identifica problemas e processos ineficientes, que poderiam ser alterados com vistas a melhorar seu desempenho e torná-los mais competitivo.

Abreu Junior (2009) destaca que a avaliação da qualidade da educação superior visa conhecer e alterar as estruturas universitárias para atender as demandas da sociedade pela inserção do país e seus profissionais no mercado mundial de maneira competitiva; a demanda por eficácia na utilização dos recursos públicos; e para a prestação de contas.

Ou seja, na visão do autor, o objetivo básico do sistema de avaliação educacional é melhorar a qualidade das instituições de ensino, ainda que qualidade seja um conceito subjetivo e complexo, que depende da perspectiva de cada ator envolvido na questão.

Por último, seria ainda possível mencionar os objetivos da avaliação no contexto teórico da *Triple Helix*. Na abordagem da Hélice Tríplice, desenvolvida por Henry Etzkowitz (2008), a universidade manteria relações de parcerias com as empresas e o governo visando à produção de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico, na qual o papel da universidade seria desenvolver a sociedade ao formar parcerias com empresas e governos. Nesse sentido, a avaliação poderia identificar a capacidade da universidade em formar tais parcerias, estimular a transformação da criação em inovação e em promover o desenvolvimento do país.

Independentemente das justificativas para a sua realização, a avaliação do ensino superior assume cada vez mais um papel proeminente no Brasil. Atualmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o responsável por assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e o desempenho acadêmico dos estudantes. Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a sua operacionalização é de responsabilidade do INEP.

De acordo com Lei 10.861/2004 (BRASIL, 2004), que instituiu o SINAES, esse Sistema tem por objetivo:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

A partir do exposto é possível observar que os objetivos do SINAES estão em conformidade com os propósitos da avaliação do ensino superior apontados pelos autores abordados neste artigo.

No que se refere aos cursos de graduação, o SINAES é estruturado em três pilares: avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa); avaliação de cursos e; avaliação do desempenho de estudantes.

A avaliação institucional e a avaliação de cursos (dois primeiros pilares) são realizadas a partir de visitas locais de especialistas externos, complementadas por autoavaliações e pela construção de indicadores de gestão institucional (BARBOSA; FREIRE; CRISOSTOMO, 2011).

Em 2008, para agregar critérios objetivos de qualidade e excelência ao primeiro e segundo pilares, o INEP criou dois novos indicadores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). O primeiro é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país, baseado na média de três conceitos: conceito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (peso 40,00%); conceito do Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e Esperado – IDD (peso 30,00%); e insumos referentes à infraestrutura e instalações físicas (peso 30,00%). O IGC é uma média de diferentes medidas de qualidade dos cursos da instituição, composto pelas notas atribuídas para os cursos de graduação (CPC) e de pós-graduação (mestrado e doutorado), através da Capes.

No que se refere aos indicadores de gestão institucional, o Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), juntamente com a Secretaria Federal de Controle Interno e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) elaboraram instrumentos que podem servir de suporte à avaliação das IES. Entre os indicadores propostos estão informações sobre planejamento, estrutura de governança, avaliação do funcionamento dos controles internos, entre outros.

O terceiro pilar de avaliação do SINAES é atendido pela realização do ENADE e do Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e Esperado Conceito, citados anteriormente. O ENADE tem o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes nos cursos de graduação, suas habilidades para o ajustamento à evolução da disciplina e conhecimentos gerais. O Conceito IDD tem a finalidade de comparar por meio de provas o desempenho e conhecimento dos estudantes ingressantes com relação aos concluintes (BARBOSA; FREIRE; CRISOSTOMO, 2011).

Para além de todas essas avaliações, realizadas por comissões e encarregados externos à IES, há no SINAES a proposta e o estímulo à autoavaliação. Trata-se de um

processo correspondente ao primeiro eixo temático, dentro de “avaliação das instituições”, cujo objetivo é verificar a constituição das IES e sua capacidade de atendimento à comunidade acadêmica de forma geral. A função de avaliar deve primeiramente ser a procura do autoconhecimento (autoavaliação), possibilitando a edificação de uma cultura de avaliação e permitindo que se organizem condições para encarar as diferentes apreciações externas, em especial a avaliação de cursos (POLIDORI et al., 2006 apud MABA; MARINHO, 2012).

Porém, organizar-se para as avaliações externas não significa necessariamente adaptar-se a elas, nem seguir estritamente seus critérios e indicadores. Na autoavaliação a instituição deve abarcar a opinião e os anseios dos diferentes atores envolvidos e estabelecer metodologias focadas na participação e autonomia.

A autoavaliação como defendem Maba e Marinho (2012) deve ser um processo de reflexão-ação-reflexão indispensável para o crescimento e progresso de uma IES. Ela pode consistir em um levantamento de dados e informações internas, realizando um amplo balanço, onde as instituições e seus membros podem identificar os seus pontos fortes e fracos e refletir sobre suas responsabilidades, resultando em ações mais bem planejadas (DIAS SOBRINHO, 2008).

Abreu Junior (2009) enfatiza a importância dada pela avaliação interna no SINAES ao destacar que combinada com a avaliação externa podem ser utilizadas como instrumentos de discussão e reflexão com respeito aos grandes temas de política pedagógica, científica e tecnológica, bem como para tomadas de decisões. Entretanto, como lembra o mesmo autor, na prática os conceitos obtidos pelo atual Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ganharam muito mais notoriedade e centralidade do que a autoavaliação.

No que se refere às críticas do processo de avaliação das universidades é possível citar aqueles autores (ANDRADE, 2011) que questionam a análise e avaliação de insumos como indicadores de qualidade da educação. Esses autores acreditam que é difícil estabelecer quais são os insumos (quantidade de bibliotecas, professores doutores, infraestrutura) que alteram diretamente o processo pedagógico e quais estão realmente sob o controle das universidades.

Desta maneira, seria difícil comparar e elencar as universidades com base nos insumos, pois não se sabe ao certo qual é relevante ou fundamental ao processo

educacional, podendo ser considerados relevantes aqueles que de fato não são (ANDRADE, 2011).

De acordo com Andrade (2011) as avaliações subjetivas são criticadas, pois se questiona, por um lado, se aquele especialista que irá avaliar as diferentes instituições de ensino seria capaz de conhecer a fundo cada uma delas, elaborando um *ranking* dos seus diferentes aspectos. Acredita-se que isso seria difícil devido à defasagem nas informações disponíveis aos avaliadores. Por outro lado, se a avaliação é realizada por diversos analistas, a dificuldade pode estar em compatibilizar em um único *ranking* as suas respostas sobre as diferentes instituições, pois cada indivíduo tem um viés específico e não avalia da mesma maneira.

Já as avaliações objetivas, para o mesmo autor, baseadas nos valores absolutos da instituição, são criticadas porque podem ser utilizadas de forma oportunista. Por exemplo, as universidades poderiam encaminhar para a realização da prova do ENADE apenas os melhores alunos ou podem aumentar a exigência de seu processo seletivo, mascarando os dados da instituição e gerando uma exclusão de alunos, para tirar notas mais altas nas avaliações.

A avaliação baseada em valor adicionado, ou seja, no aprendizado do aluno, realizada geralmente por meio das notas obtidas pelos discentes em uma prova (testes de proficiência) também é alvo de críticas. Em primeiro lugar, devido aos efeitos fora do controle da Universidade, como o empenho do estudante e o *background* de sua família. Em segundo lugar, porque quando a avaliação se dá por meio de uma prova que ocorre em um dia específico, o estudante pode estar num bom ou mal dia, decorrente de uma doença ou distração, que influencie o resultado do exame (ANDRADE, 2011). No caso da tentativa de elencar os resultados dessas provas e compará-las entre diferentes instituições as dificuldades aumentam, pois se referem a conteúdos que podem ter sido mais enfatizados em uma do que outra instituição, ou ainda a instituições que tem ensino parecido, mas estudantes com características diferentes, etc. Ademais, essa avaliação é criticada, pois como destaca Dias Sobrinho (2008), não há teoria educacional que sustente que o desempenho de um estudante numa prova seja plena garantia de aprendizagem, nem de que o resultado de um conjunto de estudantes num exame seja igual à qualidade de um curso.

Existem críticas ainda relacionadas à utilização dos resultados da avaliação. Alguns autores (ABREU JUNIOR, 2009) apontam que a utilização desses resultados como propostas para a resolução dos problemas ainda é uma inovação nas Universidades brasileiras e um desafio para a sua administração.

No que se refere aos alunos como avaliadores, como é o caso da pesquisa aqui empreendida, é possível apresentar também críticas e dificuldades. A dificuldade está ligada à sua falta de interesse na participação da pesquisa. Chun (2002) apud Andrade (2011), já alertava para essa situação e destacava que essa falta de interesse dos discentes poderia se traduzir em questionários pouco precisos. Na pesquisa aqui realizada, em um universo de 75 alunos, apenas 31 responderam ao questionário proposto, o que corrobora com os alertas dos autores mencionados. Entretanto, houve a preocupação de manter o portal no qual a pesquisa estava hospedada¹ aberto por mais de dois meses (entre 11 de agosto e 28 de outubro de 2012) e de encaminhar para os estudantes por *e-mail* várias solicitações para que respondessem ao questionário.

As críticas a realização da avaliação pelos alunos estavam associadas à dificuldade de estabelecer pesos e medidas análogos, por se tratarem de indivíduos diferentes com visões de mundo específicas, cada qual podendo realizar um julgamento diferenciado. Além disso, fatores que fogem ao controle da universidade (habilidade do indivíduo, fatores históricos da formação educacional) podem influenciar no olhar crítico e nas expectativas dos estudantes em relação às instituições de ensino, sendo mais severos ou condescendentes em sua avaliação. Contudo, como aponta Andrade (2011) cada instituição de ensino possui um grupo de alunos com características mais homogêneas e específicas, podendo apresentar visões, aspectos socioeconômicos e valores mais próximos, o que acarretaria um viés nas respostas. Na pesquisa aqui empreendida foram realizadas análises com os alunos do curso de graduação em administração pública da UFRRJ – à frente serão apresentadas suas características e aspectos sócio-demográficos.

No entanto, autores como Dias Sobrinho (2008) e Paiva, Freire e Fernandes (2012) enfatizam a importância da realização da avaliação das IES por diferentes atores,

¹ JotForm 3.0 – Construtor de formulários *online*, versão livre. **Link de acesso ao questionário da pesquisa**, disponível em: <http://form.jotformz.com/form/21987158535667>

inclusive, pelos alunos, devido ao fato de que eles estão entre aqueles que “têm mais autoridade intelectual e profissional para avaliar as atividades e os resultados das práticas educacionais.” (DIAS SOBRINHO, 2005 apud PAIVA; FREIRE; FERNANDES, 2012, p. 92). Acredita-se que a participação desses atores na autoavaliação institucional possa ampliar o autoconhecimento e a reflexão sobre as dificuldades e potencialidades do curso, e auxiliar na construção da sua identidade e do sentimento de pertencimento ao mesmo. Com essa perspectiva que a presente pesquisa foi realizada: buscou-se conhecer a percepção dos discentes sobre o bacharelado de administração pública da UFRRJ. Esse curso, implantado em 2010, ainda não foi avaliado por outro processo estabelecido pelo SINAES, mas mesmo assim, busca se autoconhecer para entender melhor a sua realidade e a de seus usuários, podendo propor mudanças que se adéquem a suas especificidades.

Com o exposto até o momento, é possível estimar que qualquer tipo de avaliação apresente problemas e está sujeita a críticas, contudo, quando bem utilizada, sua realização é importante para o aperfeiçoamento das estratégias de gestão e atividades acadêmicas. Assim, é importante conhecer as críticas ao processo avaliativo, compreendendo e considerando os seus gargalos e o tipo de dados que cada método fornece para que seja possível utilizar as informações de maneira produtiva.

No próximo tópico será apresentado o curso de administração pública. Será enfatizada sua história e implementação no Brasil, bem como a situação atual e o curso de administração pública da UFRRJ. O objetivo é descrever o ambiente empírico em que o curso se desenvolve e contextualizar os resultados da avaliação realizada pelos alunos do curso.

2 Surgimento do curso de administração pública

A administração pública, como área de formação e como campo de estudos, constituiu-se tendo como objetivo a preparação de servidores públicos para a administração pública moderna (FARAH, 2011).

A disciplina foi criada há mais de um século nos Estados Unidos, como uma diferenciação entre administração e política, com propósito de superação das práticas de apadrinhamento e patrimonialismo que marcavam a gestão do Estado naquele país. Dessa forma, a administração pública desenvolveu-se a partir da preocupação com a corrupção e com escândalos no setor público. Originou-se dos problemas administrativos das grandes cidades

(e não das teorias europeias de soberania, Estado-Nação ou separação dos poderes) e era voltada para a reforma, refletindo, também, o etos da era progressista: "um otimismo fundamental, no sentido de que a humanidade podia dirigir e controlar seu meio ambiente e destino, melhorando-os." (MOSHER, 1975, apud PECCI; FREITAS; SOBRAL, 2008).

Durante os períodos que antecederam a Constituição de 1988 não havia concursos públicos, sendo os funcionários indicados aos cargos devido aos seus contatos com a alta administração do país. O patrimonialismo, o clientelismo e o coronelismo determinavam o andamento da máquina pública. E foi contra esta ordem caracterizada pela apropriação do público pelo privado, que, na década de 1930, teve início um esforço de consolidação de uma administração pública moderna.

A reforma administrativa do Estado Novo teve como propósito instaurar no país um serviço público burocratizado, com base nos princípios do mérito e da impessoalidade. Esta administração moderna era parte de um projeto mais abrangente para o país, no qual o Estado assumia o papel de promotor do desenvolvimento (FARAH, 2011).

A criação da Revista do Serviço Público, em 1937, e a fundação do Departamento de Administração do Setor Público (DASP), em 1938, podem ser considerados marcos iniciais da constituição da administração pública no Brasil. Nesse período, criaram-se regras rígidas de admissão, instituiu-se o concurso público e foram estabelecidos critérios meritórios de avaliação dos funcionários públicos (FARAH, 2011).

A criação dos cursos superiores em Administração Pública no Brasil data da década de 1950 e foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV) quem se encarregou de preparar os primeiros quadros gerenciais, influenciados pelos teóricos dos EUA.

Nesse período devido à concepção de Estado interventor e desenvolvimentista, havia uma diferenciação entre a formação acadêmica em administração pública e de empresas, porém, essa última era proeminente.

Entre 1965 e 1979, houve uma maior aproximação do currículo mínimo de administração pública com a gestão empresarial corroendo sua especificidade. Mas, mesmo com os cursos de graduação de administração pública cada vez mais absorvidos pelos temas e problemas da administração de empresas, Farah (2011) aponta algumas singularidades da disciplina no Brasil:

a) a referência aos problemas públicos relevantes tinha como diretriz principal o desenvolvimento do país;

b) o desenvolvimento da disciplina “administração pública” ocorreu na vigência de um regime autoritário e sob a prevalência de uma administração centralizada e baseada na ação de uma burocracia tecnocrática. Essa administração reforçou, no pós-1964, a valorização do planejamento como instrumento do desenvolvimento;

c) não houve no país apoio efetivo para a consolidação e expansão da pesquisa e do ensino em administração pública, após seu “momento fundador”. Para isto contribuiu fortemente o contexto ditatorial.

Após o apogeu da reforma administrativa nos anos 1960, o ensino de administração pública entrou em declínio. Encerra-se nos anos 1970 um ciclo em que se considerava a formação do administrador público um requisito para o desenvolvimento.

Por conseguinte, é importante mencionar sobre os paradigmas do campo de conhecimento “administração pública no Brasil”, que no período que vai da criação da Revista de Administração Pública (1937) até o final dos anos 1970, prevaleceu o paradigma “administração pública como ciência administrativa”, marcado pela separação entre administração e política e pela tendência à valorização de técnicas administrativas como instrumentos de mudança importantes para o desenvolvimento (COELHO, 2006).

Entre 1980-1989 o Paradigma da Administração Pública passou a ser a Ciência Política. Nesse período, o país vivenciou uma intensa mobilização político-social e um processo de reorganização institucional (devido ao fim da ditadura, da construção da constituição de 1988 e a descentralização da prestação de serviços ao cidadão, da União para os Estados e Municípios). O modelo desenvolvimentista-exportador demonstrava sua falência na crise econômica e, especialmente, na crise social. Um novo conceito de desenvolvimento começou a emergir, transformando-se, gradativamente, em matéria de ensino e pesquisa em Administração Pública.

Começou assim a predominar, no campo de Administração Pública, estudos relacionados à questão do poder estatal, movimentos sociais, participação, legitimidade, dando menos ênfase à eficiência que à equidade e à adequação social (MEZZOMO; LAPORTA, 1994).

A partir de 1985, ainda ganham importância estudos sobre financiamento de políticas sociais e sobre controle social de políticas públicas. Mas também são identificados obstáculos

políticos à própria eficiência, fomentando propostas de separação no seio do Estado entre aqueles que concebem e os que executam as ações.

Este movimento ocorreu em vários países, levando a uma profunda revisão dos papéis do Estado e a diferentes reformas, além de uma tentativa de construção de uma identidade própria do campo de administração pública, buscando-se uma configuração da “administração pública como tal.” (COELHO, 2006).

Assim, seguindo os passos internacionais de instauração do *New Public Management* no Estado brasileiro, Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Reforma Administrativa e nomeou Bresser Pereira como seu Ministro. Foi-lhe atribuída a responsabilidade de formular políticas para a reforma administrativa, modernização da gestão e promoção da qualidade no serviço público. Essas reformas tinham como objetivo desburocratizar o Estado, convertendo o foco não nos processos administrativos, mas sim nos seus resultados, na separação entre a elaboração e a execução da ação do Estado, e na ampliação do sistema de mérito no serviço público, com foco na qualidade.

Outra característica da reforma que teve um importante reflexo para o administrador público foi a retomada da carreira de gestor público (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental), valorizando o profissional qualificado, capaz de conceber e implementar as políticas governamentais.

Neste contexto, a administração pública como disciplina e os estudos de políticas públicas ganharam um novo impulso. Ou seja, a Reforma do Estado no Brasil, impeliu um ciclo positivo para o ensino de graduação em administração pública (COELHO, 2008b).

Além disso, o setor privado tornava-se, progressivamente, um *locus* profissional para o administrador público. Não apenas pelas ações sociais conduzidas diretamente pelas empresas, mas também porque cresceram as áreas/departamentos de relações governamentais nas grandes empresas que atuam em atividades que são reguladas pelo Estado (energia, telecomunicações, bancos, etc.) e que se dedicavam à prestação de serviços públicos (concessão, terceirização e consultorias, etc.).

Finalmente, a internacionalização da administração pública com a formação de espaços supranacionais (ex. blocos econômicos) e o aumento da governança mundial (ex. organismos multilaterais), no cerne do processo de globalização constituem oportunidades de trabalho na área.

Assim, em 1995 o cadastro da SESu/MEC registrava treze cursos de graduação em administração pública no Brasil; legalmente (de acordo com a Resolução nº. 2/1993 do Conselho Federal de Educação) eram cursos de graduação em Administração com habilitação em Administração Pública. Já em 2006, eram contabilizados 93 cursos superiores de administração pública (COELHO, 2008b).

Vários fatores podem ser mencionados para explicar esse aumento considerável de cursos de graduação em administração pública, em primeiro lugar a Resolução nº. 4/2005, do Conselho Nacional de Educação. Com essa resolução as habilitações dos cursos de graduação em administração deveriam ser extintas, tendo os bacharelados que mudar, a partir de 2007, para bacharelado em administração pública ou para uma linha de formação específica do bacharelado em administração.

A oferta do ensino de graduação em administração pública no país no pós-95 se diversificou também com a implantação de cursos de tecnologia em gestão pública – previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

A Tabela 1 apresenta o total de cursos de Administração pública; Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas existentes atualmente no país.

Tabela 1 - Quantidade de cursos de Administração pública; Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas existentes no Brasil em 2013.

Cursos	Grau	Quant.	Modalidade		TOTAL
			Presencial	À distância	
Administração Pública	Bacharelado	76	34	42	77
	Sequencial*	-	-	-	
	Tecnológico	01	-	01	
Gestão Pública	Bacharelado	04	04	-	188
	Sequencial	12	11	01	
	Tecnológico	172	141	31	
Gestão de Políticas	Bacharelado	12	12	-	13
	Sequencial	01	01	-	
	Tecnológico	-	-	-	

TOTAL GERAL	278
--------------------	------------

Fonte: Os autores, (2014), adaptado do site do INEP.

* Nota – De acordo com o MEC, são cursos de nível superior, no qual se busca obter formação específica em curto prazo, porém, esses cursos não têm caráter de graduação.

Atualmente, há um total de 278 cursos que compõem o que é chamado de “campo de públicas²” no Brasil (somando graduação, tecnológico, sequencial, cursos presenciais e à distância).

O curso de administração pública da Universidade Federal Rural do rio de Janeiro (UFRRJ) foi criado justamente a partir da expansão da profissão no Brasil. A universidade com sede no Município de Seropédica está localizada na Região Metropolitana do Estado. Essa Região, caracterizada por acentuada desigualdade social, enfrenta inúmeros problemas relacionados ao transporte, ao emprego, à educação, às moradias e ao meio ambiente. Por outro lado, também apresenta uma série de oportunidades, pois a Região vem recebendo investimentos que têm estimulado seus polos siderúrgicos, a indústria naval, o setor petroquímico, o setor de serviços, de distribuição e transportes e é sede de centenas de grandes, médias, pequenas e microempresas.

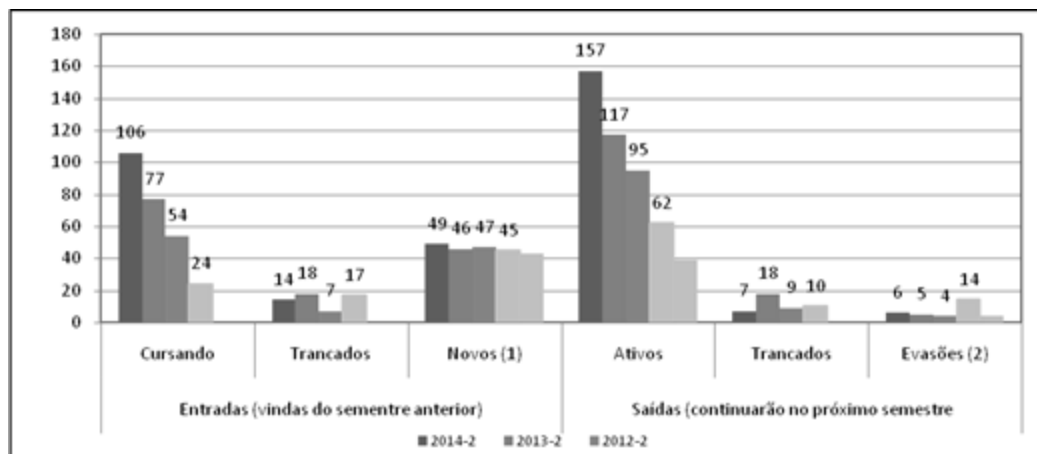
Neste contexto, o curso de administração Pública da UFRRJ foi criado em agosto de 2010, a partir do incentivo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse curso foi pensado, considerando os desafios de fazer do Administrador Público um fiel agente do processo de mudança nas políticas públicas e gestão governamental. O curso visa à formação e capacitação de profissionais qualificados para exercerem a função de gestor público, de elevado nível de consciência crítica, competência técnica, engajamento ético e solidariedade social para atuar como agente transformador da realidade em que se insere e administrar organizações comprometidas com a produtividade, com a gestão do conhecimento, com a qualidade de vida das pessoas, com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social e econômico do país (OLIVEIRA; LUNGA, 2011).

No curso de administração pública da UFRRJ são oferecidas aos candidatos de todo o país um total de 45 vagas/ano (na modalidade presencial), 2 para transferências internas

² Campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Ministério da Educação.

e externa e mais 2 para estudantes de países pobres, especialmente africanos. O interesse dos estudantes por esse curso vem crescendo a cada ano, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Rotatividade do Curso de Administração Pública da UFRRJ de 2010 a 2014.



Fonte: Os autores, (2014), a partir do sistema acadêmico da UFRRJ.

Notas:

- 1) Novos incluem matrículas oriundas de: vestibular/ O Sistema de Seleção Unificada (SISU), transferências internas e externas e reopções pelo curso de Administração Pública.
- 2) Evasões incluem: cancelamentos de matrículas, desligamentos pela não renovação da matrícula (a cada período letivo até o vigésimo quinto dia e o findo do prazo máximo de trancamento da matrícula até quatro períodos letivos) e reopções por outros cursos da UFRRJ.

Esses resultados demonstram que na medida em que o curso vem se consolidando, a permanência, bem como o interesse dos estudantes vem se fortalecendo.

No entanto, o aumento do número de cursos e a instalação do bacharelado em Administração Pública na UFRRJ não significam que essa área não tenha problemas. Coelho (2008a), por exemplo, identifica uma série de dificuldades relacionadas ao desenvolvimento desses cursos no Brasil. Ele aponta que nas grades curriculares das graduações em Administração Pública (e correlatos) há uma semelhança significativa com os cursos de administração de empresas, principalmente em matérias como: marketing, recursos humanos, materiais. Isso ocorre principalmente pela carência (ou falta de sistematização) de tecnologias administrativas exclusivamente voltadas para a gestão pública.

Além disso, Coelho (2008b) destaca que apesar da expansão considerável dos cursos de graduação de Administração Pública no Brasil, não houve crescimento de cursos de pós-graduação, essenciais para a formação de pesquisadores e docentes da área.

Dado o baixo desenvolvimento de tecnologias administrativas e pesquisas adequadas às especificidades do gerenciamento público, a disciplina Administração Pública não possui jurisdição sobre um nítido corpo de conhecimentos, sua transmissão em termos educacionais é objeto de controvérsia, gerando ambiguidade e indeterminação (COELHO, 2008b). O bacharelado em administração pública da UFRRJ passou pela primeira avaliação externa, feita pela MEC/Inep, em março de 2014, tendo conseguido a nota máxima (5). Adicionalmente, também já fez uma autoavaliação baseada na opinião daqueles que mais utilizam os seus serviços, os estudantes, objeto de pesquisa do presente trabalho. Considerando a percepção destes estudantes essa pesquisa buscou identificar seus pontos fortes e fracos e realizar mudanças estratégicas, para vencer o desafio da evasão e se consolidar perante a comunidade acadêmica e local.

3 Metodologia, procedimentos de coleta e análise dos dados

O trabalho refere-se a um estudo de caso desenvolvido recorrendo-se à técnica de pesquisa quali-quantitativa de natureza descritiva. Esse método de pesquisa proporciona ao pesquisador uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos vivenciados, ao mesmo tempo em que fornece atributos quantificáveis dos resultados. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa possibilita recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (VERGARA, 2005; ROESCH, 2009).

A pesquisa foi dirigida aos discentes do Curso de Administração Pública da UFRRJ, das turmas 2010-2 e 2011-2 – estudantes do segundo e quarto períodos, sendo que a integralização do curso é de 8 períodos letivos. Os entrevistados, 31 discentes, de um total de 75 alunos ativos do curso, são maiores de 19 anos, 41,94% são do sexo masculino e 58,06% feminino.

A coleta dos dados apoiou-se na aplicação de um questionário semiestruturado, disponibilizado por meio eletrônico em um portal, já mencionado anteriormente. O questionário, elaborado com base no referencial teórico, constou de 40 perguntas, e foi dividido em quatro partes: a) parte 1, composta de 8 perguntas sobre dados do docente e aspectos sócio e demográficos, como faixa etária, sexo, local de residência, ano de matrícula, período que está cursando, dificuldades para acompanhar o curso, etc.; b) parte 2, incluindo 11 perguntas sobre a percepção dos discentes quanto à atuação dos

docentes do curso, como: dedicação e atenção ao aluno, comprimento de horário, ementa das disciplinas, desempenho em sala de aula, etc.; c) parte 3, com 7 perguntas sobre a infraestrutura, como espaço físico, instrumentos e equipamentos de sala, biblioteca, limpeza das instalações sanitárias, acesso à internet, funcionamento da secretaria do curso, etc.; d) parte 4, contendo 14 perguntas sobre o curso de uma maneira em geral, como, tipos de aulas, práticas adotadas, técnicas de ensino utilizadas, etc. O questionário foi submetido a teste piloto visando a sua melhoria, tendo participado 5 alunos.

Os dados coletados foram transferidos para planilhas do *Microsoft Office Excel 2007*, tabulados e depois analisados. A discussão foi feita considerando as seguintes categorias: os aspectos sócios demográficos dos discentes; a percepção dos discentes sobre os professores do curso; sobre a infraestrutura instalada; aspectos gerais do curso e; a autoavaliação dos discentes, sendo os resultados apresentados a seguir.

4 Apresentação dos resultados

4.1. Aspectos sociodemográficos dos discentes

Na avaliação dos resultados foi observado que grande parte dos estudantes respondentes (61,29%) estava cursando 2º período, enquanto os demais (38,71%) cursavam o 4º período. Com relação a faixa etária, 70,97% tinham entre 19 a 25 anos. 12,90% eram bolsistas de um dos seguintes projetos: Embrapa, Iniciação Científica, Programa de Educação Tutorial (PET) e no Projeto de Mapeamento do Capital Humano da UFRRJ.

No que diz respeito ao local de residência, os respondentes vivem em cidades distintas. Além de Seropédica, o curso conta com alunos morando no Rio de Janeiro, em Itaguaí, em Nova Iguaçu e proximidades. O fato dos estudantes morarem fora do município da Universidade (Seropédica) leva a um dos problemas relacionados à sua permanência na graduação: a dificuldade de deslocamento na região, sendo que em média, Seropédica está distante destes municípios cerca 40Km.

Realmente, diferentes estudos (YOUNG; AGUIAR; POSSAS, 2013) têm evidenciado que a falta de opções de meios de transportes, suas péssimas condições, a saturação das vias, o alto custo para o deslocamento, bem como danos à saúde, riscos de acidente, mal-

estar ou desconforto por horas passadas em veículos são problemas corriqueiros enfrentados pelos residentes da região metropolitana do Rio de Janeiro. A solução para esses problemas ultrapassa a capacidade de ação do curso de administração pública ou da própria UFRRJ, devendo contar com o esforço dos governos municipais e estadual. Contudo, é possível registrar que a própria universidade, no campus Seropédica, oferece um programa de alojamento para os estudantes de baixa renda e estimula a estadia dos discentes em sua estrutura através de bolsas como: bolsas PET, PIBIC/CNPq, PROIC-UFRRJ, Bolsa de Extensão (Programa de Extensão Universitária – PROEXT), Bolsa Alimentação por Carência – destinada aos estudantes de baixa renda do Colégio Técnico (CTUR) e dos cursos de graduação do campus Seropédica –, Bolsa Permanência – programa destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFRRJ, 2013). A pesquisa revelou que o fato do curso de administração pública da UFRRJ ser ministrado no período noturno não apresenta empecilho para os alunos. Quando questionados acerca desta interferência, as respostas foram: 29,03% consideram o nível de interferência baixo, 29,03% nível médio e 41,94% indiferente (a opção nível alto não obteve indicação por parte dos estudantes).

Ao levar em consideração a “dificuldade para conciliar estudo e trabalho”, boa parte dos estudantes declararam que têm problemas para harmonizar essas distintas responsabilidades. Apenas 19,35% são indiferentes, os demais, 16,13%, 35,48% e 29,03%, apontaram índices baixos, médio e alto respectivamente. No item “Outros fatores que dificultam o acompanhamento do curso”, 90,32% mostraram-se indiferentes sobre quaisquer outros eventos que os impedem de acompanhar as atividades acadêmicas.

Os cursos superiores noturnos, historicamente, são dedicados ao trabalhador-estudante, que busca na graduação a realização pessoal e profissional viabilizando uma forma de acesso ou permanência no mercado de trabalho. Contudo, justamente por se tratar de uma graduação que disputa tempo e dedicação do discente com o seu emprego, o curso noturno geralmente é percebido como menos proveitoso e mais sacrificado (SALOMÉ, 2002).

Na pesquisa realizada foi possível verificar, inclusive, que o fato de o curso ser noturno foi determinante para que alguns discentes pudessem se matricular no mesmo, dado sua necessidade de se manter no mercado de trabalho. Em outras palavras, o

problema não é estudar a noite, mas sim a conciliação entre trabalho e estudo, exigindo dos professores e coordenadores do curso de administração pública da UFRRJ o estabelecimento de um método pedagógico específico (FURLANI, 1998 apud SALOMÉ, 2002). Esses precisam encontrar alternativas para que o aluno aproveite plenamente o tempo em que passa na universidade, tendo disciplinas e um projeto político pedagógico que estimulem sua participação na sala de aula e na vida acadêmica.

4.1. A percepção sobre os docentes do curso

As perguntas que se seguiram tinham o objetivo de obter a opinião dos alunos acerca do comportamento dos professores durante o período letivo, no que diz respeito ao comprometimento daquilo que foi proposto nas ementas das disciplinas, relacionamento com o aluno e habilidade do professor para ministrar o conteúdo, bem como sobre interesse em estimular a capacidade crítica do aluno. Nessa categoria as opções de resposta foram: 1 - concordo parcialmente; 2 - concordo plenamente; 3 - discordo parcialmente; 4 - não concordo nem discordo; 5 - não sei.

A maioria dos entrevistados (55%) concordou plenamente que no início os professores apresentaram o conteúdo das disciplinas e as metodologias de avaliação. 64% dos respondentes concordaram, ao menos parcialmente, que os professores se preocuparam em incentivar a participação e o raciocínio crítico dos alunos durante as aulas e 74,00% consideraram que os docentes zelaram pelas relações interpessoais em sala de aula.

No entanto, críticas também foram apontadas: 41,9% dos entrevistados não concordaram que os docentes foram capazes de ministrar suas aulas com clareza. Apenas 22,00% dos entrevistados concordaram plenamente que os professores têm disponibilidade para atender os alunos fora do horário de aula e 12,00%, que os docentes são assíduos e pontuais. Também foi solicitado aos entrevistados que apresentassem sugestões, críticas ou reclamações acerca do tópico em referência. Nesse momento, novas reclamações foram enfatizadas:

A maioria não tem disponibilidade para atender o aluno. Saio do trabalho direto para faculdade levando quase 2 horas para chegar e, às vezes, o professor não comparece.

Alguns professores foram e são ótimos, mas têm outros que eu poderia sugerir que trocassem de profissão.

Na disciplina de microeconomia (2º período) fomos um pouco prejudicados. Além das faltas justificadas da professora, a mesma demonstrou dificuldade em passar o conteúdo da matéria.

No 3º período, também fomos prejudicados na disciplina de Contabilidade II. A professora informada no quadro de horário não apareceu durante algumas semanas, depois apareceu um professor temporário que ficou durante uns 15 dias, em seguida veio o professor definitivo que, além de não apresentar conteúdo novo, faltava frequentemente e não se preocupava em comunicar previamente sua ausência.

Foi possível verificar que há insatisfações com a falta de didática e de responsabilidade de professores descomprometidos com suas atividades.

O curso de Administração Pública da UFRRJ conta com um corpo docente formado por professores dos seguintes departamentos: Ciências Administrativas e Contábeis, Ciências Econômicas, História e Relações Internacionais, Matemática e Ciências Jurídicas, o que lhe confere um caráter multidisciplinar, num grupo que soma quase 30 professores. Contudo, apenas na primeira rodada de concursos para os cursos do Reuni, em 2010, foram contratados quatro professores dedicados para esse bacharelado.

Considera-se que os recursos humanos nas universidades públicas sejam fundamentais para o bom aproveitamento do aluno, contudo, a falta de professores efetivos e a ampliação das turmas antes que novos professores fossem contratados, podem ter prejudicado o desempenho e a satisfação dos discentes. Assim em 2013, quando o curso recebeu mais duas vagas para contratação de novos professores, a sua coordenação optou por contratar três professores (um em regime de dedicação exclusiva e outros dois em regime de 20 horas), transformando as duas vagas em três. Essa decisão buscou fazer frente às demandas e necessidades do curso, bem como às exigências curriculares e ao aumento de alunos.

A pesquisa realizada vem corroborar com a necessidade de contratação de novos professores, especializados em sua área de conhecimento, para minimizar os problemas levantados pelos alunos. Com os novos professores será possível ampliar o horário de atendimento fora da sala de aula e cobrar assiduidade e pontualidade. Além disso, com as novas contratações será possível reduzir o número de professores substitutos, nem

sempre especializados na disciplina que foram alocados e, assim, melhor a qualidade das aulas. Desta maneira, espera-se que a inclusão dos novos docentes possa contribuir para o crescimento e desenvolvimento do curso, além de buscar sanar alguns dos problemas levantados nesta pesquisa.

4.3. Sobre a infraestrutura instalada

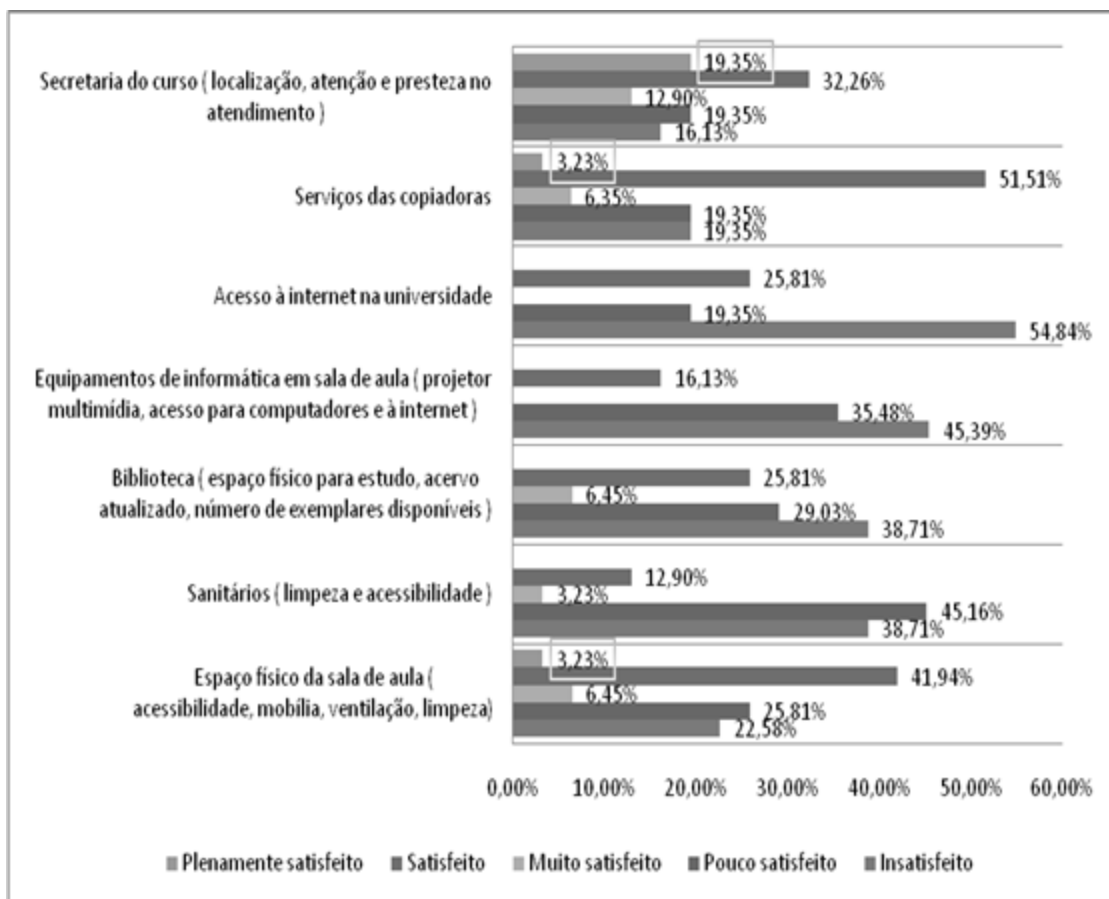
Nesta categoria foram avaliados sete quesitos, a saber:

- I) Espaço físico da sala de aula – acessibilidade, mobília, ventilação e limpeza;
- II) Sanitários – limpeza e acessibilidade;
- III) Biblioteca – espaço físico para estudo, acervo atualizado, número de exemplares disponíveis;
- IV) Equipamentos de Informática em sala de aula – projetor multimídia, acesso para computadores e internet;
- V) Acesso à internet na universidade;
- VI) Serviço de copiadoras;
- VII) Secretaria do Curso – localização, atenção e presteza no atendimento.

Com base nos dados levantados pode-se perceber que a maioria dos itens gera um grau de insatisfação elevado para os alunos, destacando como pontos positivos apenas os itens I, VI e VII, que demonstraram maior percentual de satisfação. O Gráfico 2 ilustra os resultados obtidos na análise desses pontos.

As condições das Universidades públicas e da UFRRJ, em particular, não são satisfatórias para diferentes alunos. Na Universidade Rural, em março de 2013, inclusive, ocorreu uma ocupação de cerca de 200 alunos no *Campus* de Seropédica que reivindicavam melhoria das estruturas da universidade, a resolução de problemas relativos à falta de água, luz e segurança.

Gráfico 2 Índice de satisfação em relação à infraestrutura da universidade



Fonte: Os autores, (2014).

Na presente pesquisa observa-se que a insatisfação com a estrutura universitária é proeminente. A maioria dos alunos não está satisfeita ou está pouco satisfeita com o acesso à internet na universidade, com os equipamentos de informática nas salas de aula, com a biblioteca, com os sanitários e com o espaço físico.

Os únicos itens que os respondentes em sua maioria se dizem satisfeitos são com os serviços das copiadoras e com a secretaria do curso, com destaque para o fato de que 19,35% alegaram estar plenamente satisfeitos com este último serviço.

Essas informações podem ser cruciais para os gestores da universidade e para os coordenadores dos cursos decidirem onde investir ou quais pontos devem enfatizar ao elaborar um projeto de solicitação de fomentos e auxílios. Dentro das possibilidades dos professores do curso, por exemplo, fica a sugestão para quando forem escrever um projeto de pesquisa solicitarem a compra de livros e equipamentos de informática para melhorar e ampliar os recursos a serem oferecidos aos alunos.

No que se refere à coordenação do curso é possível afirmar que seu desempenho tem atendido os anseios da maioria dos alunos, mas ainda há espaço para ajustes já que 35,48% dos entrevistados afirmaram que não se sentem satisfeitos com o atendimento prestado. Nesse caso, talvez seja necessário realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema para decidir em quais pontos a secretaria do curso de administração pública da UFRRJ poderia melhorar.

4.4. Aspectos gerais sobre o curso pesquisado

Com relação ao curso de Administração Pública da UFRRJ propriamente dito, foram levantados dados a respeito das aulas, dos métodos de ensino e do curso de uma forma geral.

Observados os níveis de concordância dos entrevistados para cada item avaliado, percebe-se que a maioria aprova parcialmente (36,41%) ou plenamente (17,51%) a maneira como o curso é ministrado, quanto à metodologia de ensino e ao material didático usado. Porém, 23,50%, 14,37% e 11,31% discordam parcialmente, discordam plenamente e não concordam nem discordam, respectivamente com a afirmação. Isto demonstra que, embora os alunos estejam satisfeitos, almejam por melhorias conforme comentários:

Bem, até o momento vejo o curso com potencial, porém muito mal organizado. Espero que não apenas os professores, mas nós também façamos nossa parte – divulgando o curso, correndo atrás de oportunidades, podemos assim fortalecer a Administração Pública. Não podemos nos envergonhar e dizer que fazemos somente Administração; temos que ter orgulho e dizer Administração Pública e com muito orgulho (aluno do curso).

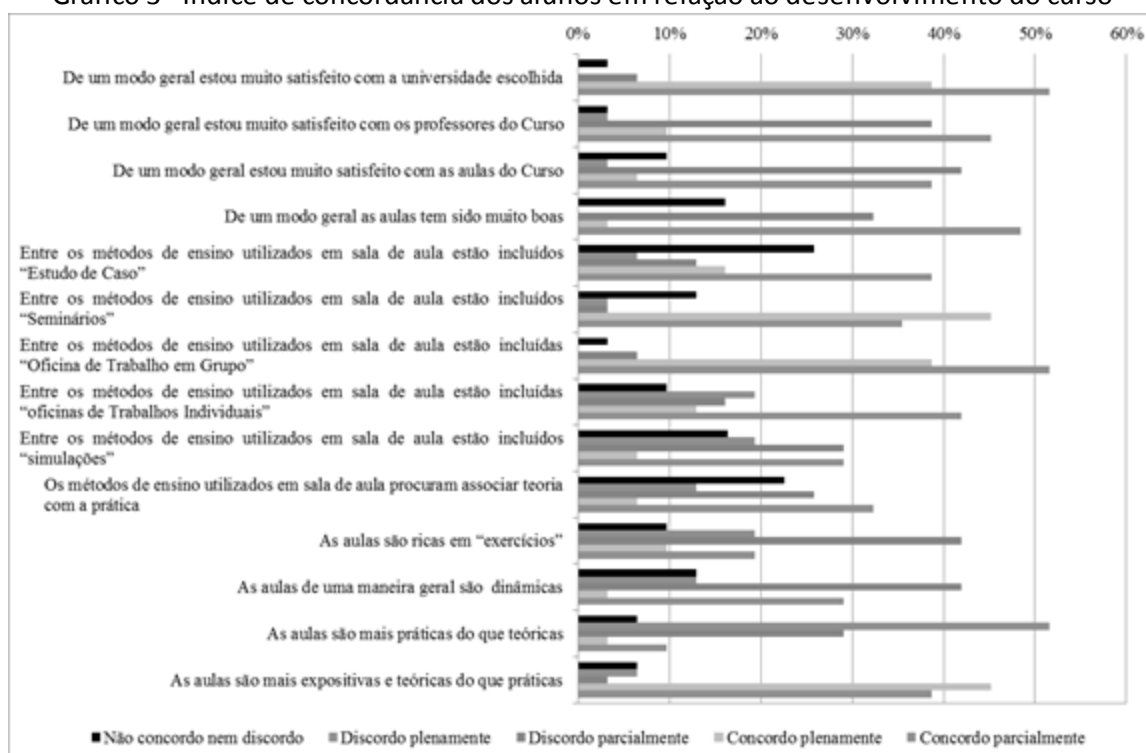
Escolhi cursar Administração Pública por vontade própria e não por falta de opção; sempre tive boa impressão em relação ao curso e, ao contrário de muita gente que se forma em outras áreas e depois vai estudar para concursos públicos, resolvi fazer o caminho inverso e não me arrependo. A cada período percebo que estou no rumo certo! Há muitas lacunas no serviço público a serem preenchidas por profissionais capacitados para lidar com as peculiaridades da máquina pública... Creio que não terei problemas com a falta de oportunidade de trabalho (aluna do curso).

O Gráfico 3 apresenta, de modo geral, o nível de satisfação dos discentes pesquisados com relação ao desenvolvimento do curso.

Acredita-se que as respostas obtidas tenham relação direta principalmente com fatores como a consolidação do curso.

Foi possível observar que a maioria dos estudantes que respondeu esse questionário se diz muito satisfeita ou satisfeita com a universidade (90,32%), bem como que está parcialmente satisfeita ou satisfeita com o curso e com os professores. Contudo, no que se refere a essas duas últimas questões é possível verificar um alto índice de estudantes que se dizem parcialmente insatisfeitos ou insatisfeitos.

Gráfico 3 - Índice de concordância dos alunos em relação ao desenvolvimento do curso



Fonte: Os autores, (2014).

Diretamente relacionadas a essas questões estão as avaliações sobre o conteúdo das aulas. 61,29% dos respondentes discordam pelo menos parcialmente que as aulas sejam ricas em exercícios; 80,64% consideram as aulas pouco práticas, com poucas simulações, embora 38,7% acreditam que os professores são eficientes em aproximar teoria e prática. Em resumo, 54,84% discordam, pelo menos parcialmente, que as aulas sejam dinâmicas.

Coelho (2008a) já apontava como um dos obstáculos ao ensino de graduação em administração pública no Brasil as falhas na interface entre teoria-prática. Essa dificuldade, também verificada na pesquisa, tem sido enfrentada pela coordenação do

curso de administração pública da UFRRJ com o apoio a eventos que apresentem os diferentes aspectos da ação do Estado³. No entanto, tal dificuldade é ainda enfrentada em sala de aula, com professores trabalhando com estudos de caso, seminários, trabalhos em grupo, e oficinas, atividades que foram também mencionadas pelos entrevistados.

Assim, as críticas levantadas podem estar subdimensionadas, uma vez que os respondentes concordam que diferentes didáticas são utilizadas pelo corpo docente para buscar dinamizar as aulas. Tal afirmação, não exime, contudo, a necessidade da coordenação e dos professores de buscarem novas atividades, mais práticas, para atrair a atenção dos alunos.

Em adição, acredita-se que essas críticas também podem estar ancoradas no alto número de professores substitutos, contratados nos anos iniciais do curso, para oferecer as disciplinas que não tinham professores efetivos – como já citado. Além disso, a infraestrutura da universidade compromete, em alguns casos, a exploração de métodos de ensino mais inovadores, que necessitem, por exemplo, de equipamentos multimídias, escassos até então.

Espera-se que esses problemas sejam minimizados com a consolidação do curso. Há projetos que com a segunda fase do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, devem ser realizados, como a compra de novos equipamentos e a construção de prédios que irão melhorar as condições materiais da universidade. Do mesmo modo, como mencionado anteriormente, a contratação de professores efetivos, já em andamento, pode ser fundamental para a resolução de tais problemas. Soma-se ainda o fato de que dois professores serão contratados em regimes de trabalho de 20 horas, podendo oferecer aos discentes, experiências profissionais obtidas fora da sala de aula.

4.5. Autoavaliação dos discentes

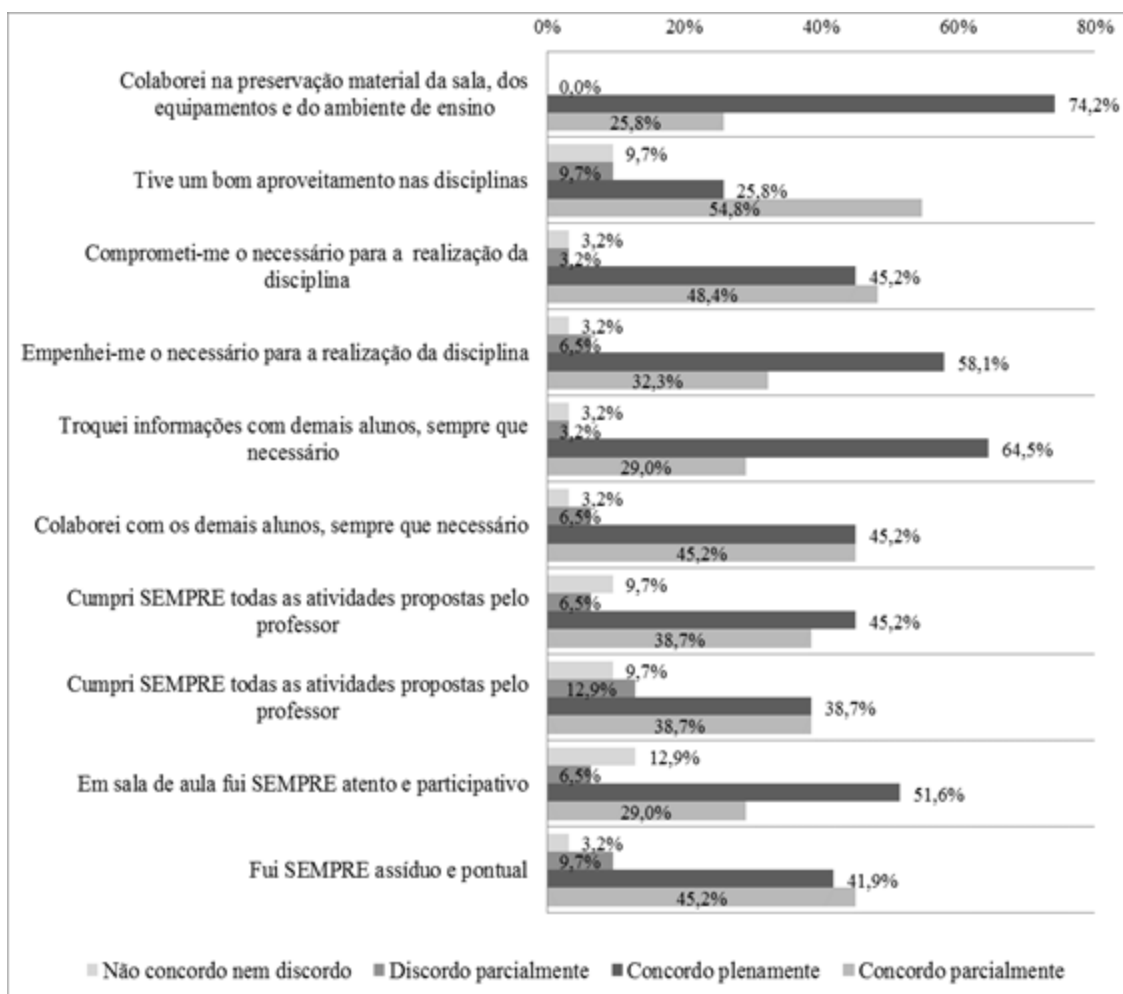
A pesquisa também permitiu aos discentes avaliarem seu próprio comportamento no decorrer do Curso de Administração Pública da UFRRJ.

³ Entre os eventos é possível citar os Ciclos de Debates de Políticas Públicas que acontecem semestralmente e já está na sua 5ª. Ed. Para saber mais veja o blog do evento, disponível em: <<http://politicaspUBLICASemdebate.wordpress.com/>>.

Numa visão geral, os alunos se autoavaliaram como excelentes, participativos, atentos, empenhados, comprometidos, etc. Entretanto, assumiram certa falta de pontualidade e frequência, bem como concordaram apenas parcialmente que tiveram um bom aproveitamento e comprometimento com as disciplinas.

No entanto, 16,23% dos respondentes disseram que a base escolar insuficiente somada ao longo período no qual estivera afastado da sala de aula, são as principais causas que impactam negativamente no seu desempenho na graduação. Além disso, boa parte dos estudantes trabalha e, como já enfatizado, não tem disponibilidade para dedica-se efetivamente ao curso. O Gráfico 4 ilustra este aspecto da pesquisa.

Gráfico 4 - Autoavaliação do discente



Fonte: Os autores, (2014).

Os comentários de participantes da pesquisa, a seguir se relacionam com esse fato.

Como estava há algum tempo afastada do ensino institucional, me senti como que fora de "forma". Mas estou entrando no ritmo!

Senti, ainda, que poderia haver mais incentivo por parte dos professores. Poucos falaram em sala sobre pesquisa, poucos incentivaram....

Meu desenvolvimento tem sido bastante prejudicado devido minha jornada de trabalho.

Nem sempre consigo colaborar como gostaria porque trabalho e chego à universidade no horário de aula. Quanto ao aproveitamento fui bem, nas disciplinas, porém muito ruim em Matemática I. Gostaria muito que tivéssemos aula de Português. Considero matéria pertinente.

O meu aproveitamento nas disciplinas tem relação direta com as deficiências da minha formação escolar básica. Em 2011, um professor específico, em nada contribuiu para o entendimento da sua matéria – o que foi amplamente divulgado pela minha turma.

5. Conclusões e recomendações

Nesse artigo procurou-se mostrar que a avaliação é uma ferramenta estratégica de melhoria da gestão educacional. Por isso, faz-se necessária em todas as atividades acadêmicas onde se procura avaliar o seu *status quo* e aprimorá-las. É também de senso comum de que dela devem participar todos os atores envolvidos na ação educacional: docentes, discentes, coordenadores de curso, diretores de departamentos e centros de ensino, e o pessoal de apoio acadêmico e administrativo. Só assim é possível rever e readequar o planejamento dos cursos, gerenciar seus problemas e conflitos, redefinir estratégias, objetivos e metas e superar desafios.

O artigo preocupou-se em apresentar e discutir os resultados da primeira autoavaliação realizada a partir da percepção de um dos atores diretamente envolvidos com o processo educacional: os discentes. Esses últimos expressaram sua opinião a respeito do curso graduação em administração pública da UFRRJ (no período entre agosto e outubro de 2012), visando apontar seus problemas e oportunidades de melhoria. Para tal foram apresentados e discutidos o papel e os processos de avaliação existentes nos cursos de graduação no Brasil, seus objetivos e problemas, a recente expansão dos cursos do campo de públicas no país, caracterizando brevemente o bacharelado pesquisado e, por último, foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

Os resultados possibilitaram identificar acertos e necessidades de melhorias sob a ótica dos discentes do curso. No que diz respeito aos acertos, entendidos como as avaliações positivas sobre a satisfação dos discentes estão: a) o fato dos professores apresentarem no início dos períodos letivos o conteúdo e a metodologia de avaliação; b) de incentivá-los à participação e ao raciocínio crítico durante as aulas; c) o zelo dos professores pelas relações interpessoais em sala de aula. Entretanto, os alunos demonstraram insatisfação quanto a não clareza dos docentes em ministrarem suas aulas, a pouca disponibilidade para atendê-los fora do horário de aula e a necessidade de contratação de novos professores, especializados em sua área de conhecimento.

Sobre a infraestrutura universitária a insatisfação dos alunos chama a atenção. Dos sete itens avaliados neste requisito, os alunos demonstraram estar satisfeitos apenas com três: espaço físico da sala de aula, serviços de copiadoras e secretaria do curso. Os demais itens foram indicados como insatisfatórios pelos discentes, carecendo de melhorias: sanitários, biblioteca, equipamentos de informática e acesso à Internet. Ressaltam-se também a necessidade de solução de problemas relativos à falta de água, luz e segurança no *Campus*.

Quanto aos aspectos gerais do curso, merece destaque o fato dos alunos estarem satisfeitos com a maneira como o curso está sendo conduzido, considerando a metodologia de ensino e o material didático usado. No entanto, há fortes indicativos de alguns alunos que clamam por melhorias.

Sobre a sua própria avaliação, a pesquisa demonstrou haver certa incoerência por parte dos discentes, quando estes afirmam ser excelentes, participativos, atentos, empenhados e comprometidos, quando contrariamente, assumem a falta de pontualidade e frequência às aulas e com apenas alguns deles indicando um bom aproveitamento e comprometimento com as disciplinas.

Por último, conclui-se que embora o curso conte com bons acertos e esteja no rumo certo, muito ainda precisa ser feito visando a sua melhoria. Por isso, recomenda-se que novas pesquisas sejam realizadas, de forma regular e com mais profundidade, de preferência envolvendo outros interessados como professores e pessoal de apoio acadêmico.

Referências

ANDRADE, E. de C. Rankings em educação: tipos, problemas, informações e mudanças. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, n. 2, jun., p. 323-334, 2011.

ABREU JR., N. de. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 29, n. 78, ago., p. 257-269, 2009.

BARRÈRE, A. Controlar ou avaliar o trabalho docente? Estratégias dos diretores numa organização escolar híbrida. *Rev. Bras. Educ. [online]*, v.18, n. 53, p. 285-300, 2013.

BARBOSA, G. de C.; FREIRE, F. de S.; CRISOSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 16, n. 2, jul., p. 317-344, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 13, n. 3, nov., p. 817-825, 2008.

COELHO, Fernando de Souza. Educação Superior, Formação de administradores e Setor Público: um estudo sobre o ensino de administração pública. 2006. 151 f. Tese (Doutorado em Administração)–Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial, ago., p. 828-845, 2008a.

_____. Uma Radiografia do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1995-2006). In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008b.

ETZKOWITZ, H. *The Triple Helix: University-Industry-Government innovation in action*. New York: Routledge, 2008.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, jun., p. 813-836, 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Superior*. Brasília, DF: INEP, 2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MABA, E. G.; MARINHO, S. V. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 17, n. 2, jul., p. 455-480, 2012.

MEZZOMO, T. M.; LAPORTA, C. B. A RAP e a evolução do campo de administração pública no Brasil (1965-92). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 5-17, 1994.

OLIVEIRA, S. B. de; LUNGA, A. O Curso de Graduação em Administração Pública da UFRRJ. *Temas de Administração Pública*, Araraquara, ed. especial, v. 2, n. 6, p. 1-19, 2011.

PAIVA, P. B. de; FREIRE, F. de S.; FERNANDES, J. L. T. Avaliando o curso de Ciências Contábeis: uma visão dos alunos da UnB. *Ensaio: aval. pol.públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, mar., p. 89-113, 2012.

PECI, A.; FREITAS, A. de A.; SOBRAL, F. O dilema "qualidade versus quantidade" no ensino em administração pública: uma análise da experiência norte-americana. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial, ago., p. 1-11, 2008.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de Estágio e Pesquisa em Administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SALOMÉ, J. S. O aluno do ensino superior noturno, frente à era do conhecimento. *Tuiuti: ciência e cultura*, Curitiba, n. 28, mar., p. 137-172, 2002.

TCU. Tribunal De Contas Da União (Brasil). Portaria nº 150, de 3 de julho de 2012. Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012. Brasília, DF: TCU, 2012.

UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *Bolsa Permanência*: programa destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/portal/modulo/home/index.php>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

VERGARA, S. C. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

YOUNG, C. E. F; AGUIAR, C; POSSAS, E. Sinal Fechado: Custo Econômico do Tempo de Deslocamento para o Trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA (EcoEco), 10., 2013, Espírito Santo. *Trabalhos apresentados...* Espírito Santo: EcoEco, 2013. p. 170-181.

Recebido em: 08/10/2015

Aceito para publicação em: 03/11/2015

Self-assessment: the student's perceptions of the Public Administration Bachelor's course of The Federal Rural University of Rio de Janeiro

Abstract

The purpose of this article is to evaluate the Public Administration course of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, in order to understand its educational needs and ways to improve their quality. For this, a qualitative-quantitative and descriptive research was used aimed at investigating the student body's perception of their satisfaction and dissatisfaction with the course through the application of a semi-structured questionnaire. The main results indicate positive actions in the course management, such as the way it is being conducted, its teaching methodology and the learning materials used. However, they also identify needs for improvements regarding hiring new teachers, their availability in meeting students outside of class time and the university's infrastructure.

Keywords: Evaluation, Education Quality, Undergraduate Course, Bachelor's Degree in Public Administration.

Autoevaluación: la Percepción de los Estudiantes sobre el Programa del Curso de Administración Pública de la Ufrj

Resumen

El objetivo de este artículo es evaluar el curso de Administración Pública de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, para poder comprender su adaptación a las necesidades de formación y oportunidades de mejora. Para ello, se utilizó una investigación cualitativa, cuantitativa y descriptiva para investigar la percepción de su cuerpo estudiantil, su satisfacción e insatisfacción con el curso. Los principales resultados indican que la actual gestión ha sido considerada satisfactoria, así como los materiales y la metodología de enseñanza. Sin embargo, también se observan algunas necesidades que deben mejorarse, como la contratación de nuevos profesores, la disponibilidad de profesores para atender a los estudiantes fuera del horario escolar y la infraestructura de la universidad.

Palabras clave: Evaluación. Calidad Docente. Curso de pregrado. Curso de Administración Pública.